

Maciel acha o total da dívida ainda discutível

Nélio Rodrigues*

«Seria inaceitável para o Brasil pagar acima daquilo que nós legitimamente contratamos». A afirmação é do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ao ser indagado ontem se o governo considera os US\$ 108 bilhões da dívida externa brasileira um número fictício ou fruto de manobras contábeis que teriam elevado o montante do débito muito acima do que o país tem a pagar.

Ao lançar seu livro *Educação e Liberalismo* no Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, Maciel, fez uma análise sobre a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa e suas consequências. Segundo ele, o país deseja tratar a questão de forma madura. «Nós temos uma tradição e devemos honrar e cumprir nossos compromissos externos. Por isso, o que nós desejamos hoje é discutir as formas que desejamos fazer. E o caminho é esse que o presidente adotou — afirmou ele.

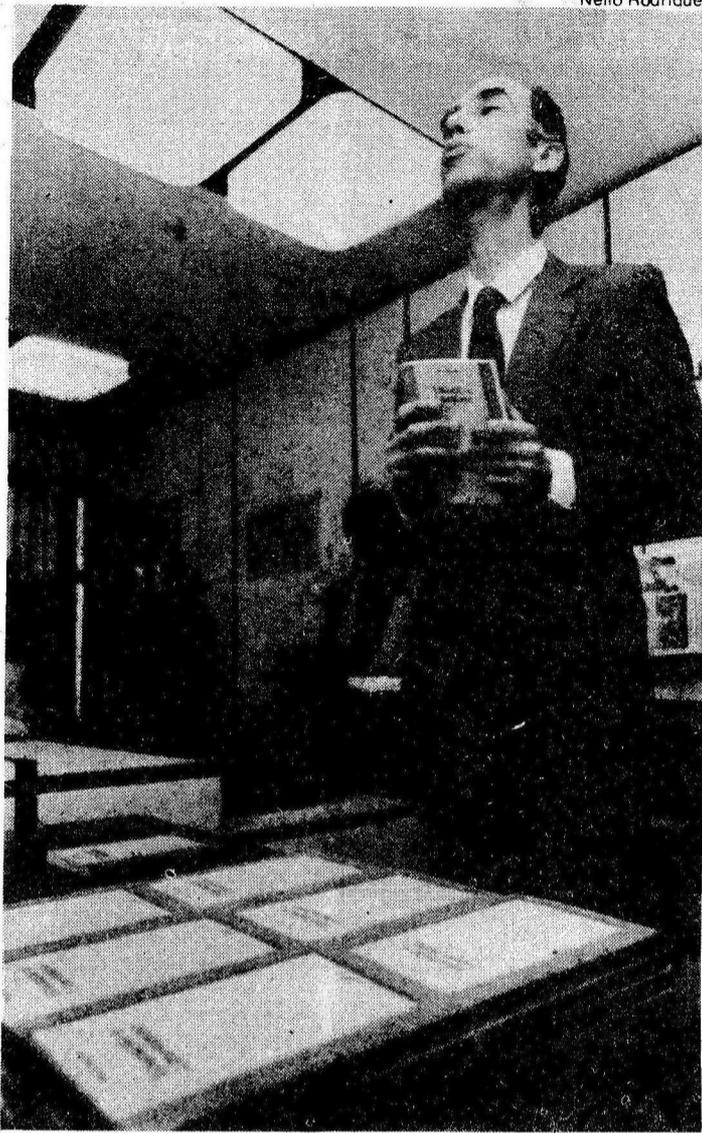
Circunstâncias

O problema do montante da dívida, segundo o ministro, está em permanente debate. Quando foi contraída — prosseguiu — as condições eram muito diferentes e ela se elevou devido às altas taxas de juros, *spreads* «e por outras circunstâncias já do conhecimento de todos. O fato é que o país deseja honrar seus compromissos externos, mas não pode fazê-lo na circunstância que está sendo exigida».

— O Papa recentemente — o presidente José Sarney fez questão de ressaltar — disse que neste endividamento há também em jogo de questões éticas, ou seja, não se pode exigir de países em desenvolvimento, como o nosso, um esforço maior do que ele vem fazendo — comentou o ministro.

Ao assinalar que seria inaceitável pagar mais do que foi legitimamente contratado, Marco Maciel resalta que tudo está sendo objeto de discussão e negociação. A questão da estratégia para a negociação é uma pergunta — diz ele — que só deve ser respondida pelos ministros da área econômica, mas as linhas básicas estão definidas no pronunciamento feito sexta-feira pelo presidente Sarney.

— E lógico que essas medidas pressupõem dois tipos de ação: uma no plano externo, que é essa negociação. Outra, no plano interno, em que muitas medidas já foram anunciadas pelo presidente e agora estão sendo objeto de detalhamento. Ninguém pode deixar de reconhecer que para essas medidas produzirem efeitos nós precisamos tanto manter entendimentos externos quanto adotar medidas internas, para que a economia continue estável e o processo inflacionário não recrudesça, e para que o país possa ter



Marco Maciel lançou seu livro *Educação e Liberalismo*

uma moeda estável e continue a crescer, talvez em taxas mais moderadas do que as que vinham ocorrendo. O país precisa continuar crescendo. Isso é, nós precisamos melhorar a condição de vida do nosso povo e não há outro caminho senão o do crescimento. O crescimento com opção pelos pobres, como tem dito o presidente Sarney.

O ministro Marco Maciel acrescenta que as últimas medidas do presidente Sarney são a continuidade, sob nova forma, do Plano Cruzado, atingindo dois objetivos importantes: primeiro, assegurar a estabilidade econômica e resguardar a moeda; segundo, assegurar a continuidade do desenvolvimento, e «crescer a taxas altas para gerar melhores condições de vida para nossa gente nas camadas mais pobres, que infelizmente são as mais numerosas. São perto de 60 milhões de brasileiros que ainda hoje vivem fora do mercado de trabalho».

Reação e retaliação

De acordo com o chefe do Gabinete Civil, a ação do presidente Sarney teve grande receptividade interna e reconhecimento externo. Até ontem, o governo não tinha notícia de retaliação de bancos estrangeiros. «Todos estão reconhecendo o acerto do presidente José Sarney e por isso diria que essas medidas estão encontrando, além do

reconhecimento, o natural apoio, sobretudo interno: são as demonstrações do Congresso, dos políticos e do povo, o que se expressa na própria imprensa, tudo muito favorável».

Ressaltando que agora é preciso dar continuidade a esse processo, como presidente tem dito, e para isso é necessária a cooperação de todos, Maciel resalta que «assim como no Cruzado I, agora nesta fase não pode nos faltar o apoio do povo».

Sobre medidas de contenção dos gastos públicos, Marco Maciel diz que a sociedade vem reclamando muito a necessidade destes cortes ou a redução dos gastos a «termos aceitáveis». Esta é a intenção de Sarney, conforme o ministro, que, entretanto, adverte:

— Isso será feito naturalmente, sem renúncia a um princípio pelo qual o presidente tem se batido, que é o de não permitir que entremos numa recessão. O país, por intermédio do presidente, não vai permitir a recessão. Nós temos o compromisso com o crescimento. É lógico que o crescimento talvez não possa ser a taxas tão elevadas como vem acontecendo nos dois últimos anos. Se formos olhar os dois últimos anos do presidente José Sarney, vamos verificar que o crescimento atingiu a quase 20%. São índices extremamente elevados. E, talvez, este ano não tenhamos condições de atingir este nível.